

N.º 7.709



38/9
J. J.

1992
18/9

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

EXMOS. DESEMBARGADORES

RELATOR

Dr. CÉSAR TELES (29)

1.º ADJUNTO Dr. Almeida Borges

2.º ADJUNTO Dr. Bulcão Freitas

4.ª SECÇÃO

Autos Cíveis de Apelação

vindos da Comarca de LISBOA - Tribunal do Trabalho

Apelante

JOSÉ MIRANDA BERNARDES - 1.ª

Apelado

MARIA DA CONCEIÇÃO, e outras As. ind.

CLIMEX - Ca. DE LIMPEZAS MECANIZADAS, Lda. A N.º 1.ª. A. N.º 1.ª. A. N.º 1.ª.

VISTO EM INSPECÇÃO
92107109
O INSPECTOR DO C. O. J.

Ap. 32 --- c / Cópia

c./c. 9300

VALOR:

Esc. 20.035.164 \$ 00

APelação

+ 32
c. p. 1505

198
5

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

— Maria da Conceição, Maria Jacinta Borda d'Água, Catarina Pereira Grazina Jannária, Natália Estima Gomes Estanquino Ubalgues, José Carlos Pereira da Silva, Maria Cecília Pereira Ramos, Victória Engácia Borda d'Água, Maria da Conceição Ramos Andrade, Maria José Rodrigues, Julieta Maria Urban Lima Catarina Botas, Angelina Esperança Borda d'Água, Rosário Batista, António Nêvo Mendes, Maria Maria Mendes, Maria Helena Mendes Rosário Vaz, Maria Ana Balbina Graça Pandeyas Santos e Maria do Anjo Silva Mendes Fernandes, intentaram acção com processo ordinário, emergente de contrato individual de trabalho, contra:

— "Clímex - Companhia de Limpezas Urbanizadas, Lda." e

— José Abimael Bernardino, pedindo que estes sejam ordenados a reintegrá-los nos respectivos postos de trabalho, sem prejuízo de optarem, após indemnização de antiguidade, e a pagar-lhes retribuições vencidas e vincendas, aquando do montante de 2.093.423,60, por violação da Lei 46-83 de 22-1-83, para o Sector de Prestação de Serviços de Limpeza B.T.E.N. 22-2-84.

O processo possuirá seus termos, em contestação dos B.R.N. e processo de despacho saneador, espe-

fixação e questionário, e oportunamente proceder-se a julgamento, sem intervenção do Colegiado, e responder-se aos quesitos, sem qualquer ressalva.

A ação foi julgada totalmente procedente, com a condenação do R. José Bibiano Bernardes ao pedido, e a absolvição do R. "Elimer" do pedido.

Inconformado, deb. interpôs recurso o R. J. M. Bernardes, tendo formulado nos seus alegatos as seguintes CONCLUSÕES:

A) - No caso não ocorre qualquer exemplo para atribuição dos serviços de limpeza na empresa "FISIPE". O instituto jurídico comumente designado por exemplo, para existir, tem que conter um conjunto de elementos substanciais que o caracterizem, quer seja um exemplo contratual, quer seja unilateral.

B) - No exemplo contratual ocorre a celebração de um acordo entre o seu autor e os interessados; esse acordo regula, depois, o procedimento a seguir por ambas as partes definitivos.

Trata-se de um exemplo preliminar ao qual se poderá aplicar, em termos tendenciais, as regras relativas ao contrato de promessa;

C) - Dos fatos de fato são provados na sentença recorrida refere-se que a "FISIPE" terá consentido com a terceira empresa para além do recorrente tendo, como também se afirma, considerando mais favorável o argumento do recorrente;

Destes fatos de fato são provados não se pode inferir a celebração de um acordo prévio, entre a "Fisipe" e a terceira empresa que ninguém viu, nem

191
A

ninguém sabe identificar...

D) - Na verdade, mesmo na virtualidade de a "Fisip" ter contactado essa terceira empresa, não se pode confundir negociações encetadas com diversas entidades para se concluir estas se perante um consenso. É mais sábio, sempre, que o proponente defina liminarmente e leve ao conhecimento dos concorrentes os elementos que formam o negócio jurídico que se pretende celebrar, se consideram essenciais para que diante das respostas dadas, se possa escolher a oferta que o lançador do concurso entenda mais favorável.

E) - No caso vertente, sob isso acatado e por isso consenso consensual não pode ter ocorrido.

F) - Também não ocorre qualquer consenso unilateral, já que se define como um "quid" jurídico que obriga os intervenientes a adoptar um certo comportamento.

G) - Consultar é uma coisa, fazer um concurso é mais do que uma consulta - é definir previamente, por acto unilateral ou por contacto, quais os elementos a que os concorrentes terão que responder e que serão a essência do negócio jurídico que virá a ser celebrado em consequência.

H) - De tudo o anteriormente exposto, conclui-se não ter ocorrido qualquer concurso, uma vez que os factos dados como provados não revelaram nenhuma das vertentes de negócio jurídico - consenso consensual ou consenso unilateral.

Não deve confundir-se concurso com uma eventual consulta que, no caso concreto, se desdobra

quais os elementos, como foi feita e até de quem partir a iniciativa.

Além, são bem esclarecedoras, quer a acta de audiência de julgamento, em processo de transgressão, quer a sentença do T. J. de Lisboa (juntas sob doc. n.º 1 e 2), que relativamente ao caso sujeito declararam inequivocamente não ter havido encurso;

I - Acresce que, tal como resulta dos factos provados, o recorrente existia com a "Plimex" na prestação de serviços de limpeza à "Fisip", apesar se verificando uma extensão dos seus tempos de limpeza, já anteriormente desempenhados naquele local;

J) - A transferência de entidade patronal - no que respeita aos trabalhadores - só seria possível no direito laboral português ao abrigo do disposto no art. 37.º da L. P. T.º

K) - No caso vertente, não há qualquer transferência de estabelecimento pelo simples facto de quem nem de estabelecimento se pode falar.

L) - Por outro lado, analisada a al.º 46.º à luz da lei da concorrência, facilmente se conclui que a referida norma de regulamentação colectiva viola a - aquele diploma legal, por impedir, fobrir e restringir a concorrência.

M) - Impede a concorrência, uma vez que afecta todos os agentes económicos que embora interessados numa contratação de serviços de limpeza por terem uma estrutura produtiva mais eficiente e não necessitando de tanto mão de obra para exercer a tarefa, se vêm impedidos de concorrer devido aos custos excessivos deriva-

1 das dos trabalhadores que têm de receber, o que lhe se-
2 tim a rentabilidade que tinham na prestação de serviço,
3 desde que exentada com a sua estrutura;

4 N) - Falsaria e restringe a concorrencia, uma
5 vez que a Lei 46.ª vai permitir que as empresas de lim-
6 piza instaladas no mercado, submetidas as de maior di-
7 mensão, de forma concertada reajutam o mercado entre
8 si, jogando com a ameaça da transferência dos tra-
9 balhadores;

10 O) - Assim, a Lei 46.ª viola o art. 13.º n.º 1, e
11 a al. e) do D.L. n.º 422/83, de 3/12 (Lei de Concorrência),
12 normas imperativas cuja violação implica a nulidade
13 de da norma imperativa de regulamentação colectiva.

14 P) - Sendo nula a Lei 46.ª é inadmissível
15 que a decisão de 1.ª Instância não tenha analisado as
16 violações da lei da concorrência e, ao invés, tenha en-
17 tribuído para manter o "status quo", ou seja, o domí-
18 nio das empresas que vêm liderando o sector da lim-
19 piza, devido a um grosseiro adulteramento das normas
20 elementares de concorrência.

21 Q) - Sendo a cláusula nula place também
22 a sentença reconhecendo na parte em que dispõe que o
23 acto administrativo que a estendeu às outras empre-
24 sas do sector não foi impugnado.

25 R) - Na verdade, não se pode aceitar a tese que,
26 alegando a validade do acto administrativo, defenda a
27 extensão de uma cláusula nula a quem, como o
28 recorrente, não era filiado na associação patronal
29 que outorgou o instrumento de regulamentação collec-
30 tiva;

S) - Logo, embora o acto administrativo permaneça válido e eficaz, por não ter sido impugnado, nunca a alçada clássica - por multa - poderia ter sido estendida ao recorrente.

T) - Por último, a alçada Ll.³ 46.² padecer de inconstitucionalidade, por violar os arts. 61.¹, e 81.¹, al. f), da Constituição;

U) - Viola o art. 61.¹ da C.R.P. por violar o direito à iniciativa económica privada, como já decidiu o Ac. 392/89, do Tribunal Constitucional, que considerou a referida alçada inconstitucional;

V) - A Ll.³ 46.² viola ainda o art. 81.¹, al. f), atenta a sua nulidade por violar dos princípios improrrogáveis do direito de concorrência.

Temos em que deverá ser revogada a sentença recorrida.

Os A.A. entra alegaram pagando pela inalterabilidade da sentença.

O Exm.^o Procurador da República, junto desta Rebeca emitiu douto e alongado parecer no sentido de o recurso não merecer provimento.

Corridos os vistos, empy decideis.

Foi a seguinte a matéria de facto doable como prova pelo M.^o juiz "a quo":

A) Os A.A. foram admitidos ao serviço de R. "Elímex" nas seguintes datas:

- A.A. Maria da Conceição em Janeiro de 1.973

- O.A. João Carlos Pereira da Silva em 24-9-1.978

- A.A. Natália Fátima E. Marques em 4-4-1.980

- " " Catarina Louisa Grazina Juvêncio em 1.977

193
M

- 1 - Maria Jacinta Borda d'Água em 1.974.
- 2 - Maria Cecília Pereira Ramos em 3-3-1.980.
- 3 - Maria da Conceição Ramos Andrade em 1.976,
- 4 - Julieta Maria Monteiro Pat. Botas em 7-12-82.
- 5 - Angelina Esperança B. d'Água L. Batista em 21-4-82.
- 6 - Antero Nobre Mendes em 16-10-1.978.
- 7 - Vitória Engécia Borda d'Água em 1-4-1.971.
- 8 - Maria Moreira Mendes em 1-8-1.973.
- 9 - Maria José Rodrigues em Maio de 1.980.
- 10 - Maria Helena Mendes Rosário Varão em 13-7-82.
- 11 - Mariana Balthina Graça Paulina Santos em 18-7-80.
- 12 - Maria do Anjo Silva M. Fernandes em 7-7-80.

13 B) - A categoria profissional, remuneração mensal
14 e o horário de trabalho de cada um dos A.A. eram os
15 seguintes:

16 - Maria da Conceição era trabalhadora de limpeza,
17 com a remuneração mensal de 17.334,80, com o horário
18 de 37 horas semanais.

19 - João Carlos Pereira da Silva era lavador-vigilan-
20 te, com a remuneração mensal de 18.110,00, com horário
21 a tempo completo.

22 - Natália Fátima Gomes E. Marques era trabalha-
23 dora de limpeza, com a remuneração mensal de 17.334,80,
24 com o horário de 37 horas semanais.

25 - Catarina Correia Graça Gaspariana era trabalha-
26 dora de limpeza, com a remuneração mensal de 17.334,80,
27 com o horário de 37 horas semanais.

28 - Maria Jacinta Borda d'Água, Maria Cecília
29 Pereira Ramos, Maria da Conceição Ramos de Andrade, Ju-
30 lieta Maria Monteiro Catarina Botas, Angelina Esp-

rança Borda d'Água Conceição Batista, Victória Engéncia Borda d'Água, Maria José Rodrigues, Maria Balthina Gomes Senoelias Santos e Maria de Anjo Silva Mendes Fernandes, todos com a categoria profissional de trabalhadores de limpeza, com a remuneração mensal de 17.334,80, e com o horário de 37 horas semanais.

— Antero Nogueira Mendes era lavador vigilante, com a remuneração mensal de 18.110,00 e com horário a tempo completo.

— Maria Moreira Mendes era encarregada, com a remuneração mensal de 19.600,00 e com horário a tempo completo.

— Maria Helena Mendes Rosário Vasão era servente de limpeza, com a remuneração mensal de 17.334,80 e com o horário de 37 hrs semanais.

C) — Os autores tinham como local de trabalho as instalações da empresa "FISIPE", no Laranjeiro, onde a ré "Climex" tinha adjudicado uma empreitada de prestação de serviço de limpeza.

D) — Em 31 de Dezembro de 1984 a "Fisi-pe" fez cessar o contrato de prestação de serviços que a ligava à "Climex".

E) — A partir de Janeiro de 1985, inclusive, os mesmos serviços foram atribuídos ao co-réu José Bernardino.

F) — Em 2 de Janeiro de 1985, quando os A.A. se apresentaram ao serviço ao horário normal de trabalho, foram impedidos de o fazer alegando o réu Bernardino que não eram seus empregados.

194
5

1 E) - Na adjudicação da prestação de serviços de
2 limpeza a empresa "Fisife" consentiu pelo menos a R.
3 "Clímex", o R. Bernades e uma outra empresa.

4 H) - O R. Bernades desde 1.980 procede a
5 trabalhos de jardinagem, ao cuidado e conservação de arma-
6 mentos e limpezas de peças de máquinas industriais da
7 empresa "Fisife". (9.1)

8 I) - A R. "Clímex" desde 1.975 vinha presta-
9 do serviços à "Fisife" na limpeza das instalações desta
10 nos termos do contrato de nºs 163 a 167 dos autos. (9.2)

11 J) - A "Fisife" decidiu rescindir o contrato
12 de prestação de serviços de limpeza que lhe eram prestados
13 pela R. "Clímex" após ponderar sobre uma proposta além
14 da proposta do sr. Bernades e orçamento da R. "Clímex",
15 este no valor de 7.300.000 g.c.

16 A questão fulcral a decidir no presente
17 recurso reside em saber se o R. Bernades estava ou não
18 obrigado, a partir de 2-1-81, a aceitar a transferência
19 dos A.A., ora apelados, para os seus quadros de pessoal, uma
20 vez que, até então, aqueles tinham vindo a prestar ser-
21 viço como trabalhadores de limpeza nas instalações da
22 "Fisife" por conta da R. "Clímex" e que, em 31-12-
23 -84, a "Fisife" fez cessar o contrato de prestação de ser-
24 viços de limpeza com a "Clímex".

25 Mais sinteticamente, consiste em saber
26 se a posição da R. "Clímex" perante os A.A. se trans-
27 mitiu para o R. Bernades.

28 Estando o poder de coarção deste Tri-
29 bunal objectivamente delimitado pelos conclusões do
30 recorrente - arts. 684.º n.º 3, e 690.º n.º 1, do L.P.C. - im-

para sustentar que o dissídio do apelante se baseia nas seguintes premissas:

1) - Nulidade e inequivalência da Pl.^a 46.^a do C.P.T. para o Setor, por violação de normas legais imperativas - Lei da Concórdia - e dos arts. 61, n.º 1, e 81, f), da Constituição, e consequente impossibilidade de extensão do C.P.T. ao R. por Portaria de Extensão;

2) - Inexistência do concurso previsto nessa cláusula;

3) - Inverificáveis "as causas" de transferência do estabelecimento, não sendo possível portanto a modificação subjectiva da relação laboral, só consentida nos termos do art. 37.^o do L.P.T.;

4) - Coexistência do recorrente e do R. "Climax" na prestação de serviços de limpeza à "Fisife".

Diz a Pl.^a 46.^a do C.P.T. celebrado entre a Associação das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares e Outros, publicado no "B.T.E.", 1.^o S., n.º 7, de 22-2-81 que:

"1 - A perda de um local de trabalho por parte da entidade patronal não integra o conceito de escheimento nem justa causa de despedimento.

2 - Em caso de concurso e consequente perda de local de trabalho, a entidade patronal que tiver obtido a nova empreitada obriga-se a ficar com todos os trabalhadores que ali normalmente prestavam serviço.

3 - No caso previsto no número anterior, o

1955
5

1 Trabalhador mantém ao serviço da nova empresa todos os
2 seus direitos, regalias e antiguidade, transmitindo-se
3 para a nova empresa as obrigações que implicam sobre a
4 anterior directamente decorrentes da prestação de traba-
5 lho, tal como se não tivesse havido qualquer mudança
6 do entidade patronal, salvo créditos que, nos termos
7 deste C. l. T. V. e das leis em geral, já deviam ter
8 sido pagos.

9 4 - Quando, justificadamente, o trabalhador
10 se recusa a ingressar nos quadros da nova empresa, a
11 entidade patronal obriga-se a assegurar-lhe novo posto de
12 trabalho."

13 Este regime, por força de alargamento de âmbito
14 deste C. l. T. V. pela Portaria de Extensão publicada no B. T. E.,
15 1.ª Série, n.º 29, de 8/8/81, passou a ser aplicável a todas as
16 empresas que, não estando inscritas naquela Associação patro-
17 nal, exercem, na área abrangida por aquele contrato colectivo,
18 a actividade nele regulada.

19 A este C. l. T. sucedeu-se o C. l. T. V. publi-
20 cado no B. T. E. n.º 7, de 22-1-81, que manteve a l.ª 46
21 com a mesma redacção, e cujo âmbito foi também alar-
22 gado pela P. E. publicada no B. T. E. n.º 27, de 22-7-81,
23 com a alteração publicada no B. T. E. n.º 46, de 11-12-81.

24 O recorrente pretende que tal cláusula é
25 nula e inconstitucional.

26 Porém, o art.º 13.º da Constituição garan-
27 te aos trabalhadores a segurança e a estabilidade no
28 emprego, e precisamente para caracterizar esse princípio
29 constitucional fundamental é que os arts.º 3.º e 4.º do D. L.
30 n.º 49.408, de 27/11/69, e a referida l.ª 46 passaram

assegurar a manutenção dos postos de trabalho e do próprio local de trabalho nas hipóteses aí previstas, em que se accentua o risco de instabilidade do emprego.

Não se vê assim que o conteúdo do art.º 46.º contorne quaisquer normas legais imperativas ou qualquer regulamentação das actividades económicas, em termos de afectar uma equidade concorrencia entre as empresas, uma vez que ela se limita a estabelecer um regime idêntico ao consagrado no art.º 34.º da L.P.T. (D.L. n.º 49.408/69), para um caso que o legislador não previu directamente mas que apresenta uma similitude quase total em este.

Neste sentido se pronunciou o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 249/90, de 12/4, que peca o paralelismo existente entre o art.º 34.º da L.P.T. — chamando a atenção para o facto de ser inquestionável a constitucionalidade desta norma — e a art.º 46.º em questão, para apurir da validade desta cláusula, quer perante o art.º 34.º da L.P.T., quer perante o art.º 13.º da chamada Lei da Remuneração.

Não sendo por isso nula aquela cláusula, prejudicada fica a questão da inaplicabilidade ao R. da P.E. daquele L.P.T.V., Portaria que foi emitida ao abrigo do art.º 29.º do D.L. n.º 1-19-P.1/79, de 29/12.

Por outro lado, visando os preceitos em causa, como se disse, garantir a segurança e a estabilidade no emprego — direitos expressamente acahados no art.º 13.º da C.R.P., não está demonstrado que

196

a sobreposição por eles imposta ofende em termos excessivos ou desproporcionados os direitos também constitucionalmente garantidos da liberdade contratual, viabilidade económica e da concorrência entre empresas, que, como aqueles, não são direitos absolutos.

Neste sentido se pronunciaram os Acs. de T. P. n.º 249/90, de 12/4, e 431/91, de 14/11, este tirado em plenário, confirmando o primeiro, que emitiram o juízo de não inconstitucionalidade da Al.º 46.º, em confronto com os arts. 6.º, 1, 6.º, 2, 8.º e 13.º da C.R.P., e a enjos fundamentos inteiramente aderentes. Cf. ainda, Ac. do Trib. de Évora, de 21-3-90, "L. J. T. II".

X . . . X

Também o recente não tem razão quanto à alegada inexistência do concurso previsto no n.º 2 da Al.º 46.º do P. L. T. V. de 1.981.

Com efeito, essa expressão não pode sofrer a interpretação restritiva que o apelante lhe pretende impor.

Como bem refere a dita sentença recorrida, citando o Ac. do Tribunal de Évora, de 29/1/84, in "L. J.", IX, T. 3, p. 366, tal expressão acalhe um conceito ampl.º de concurso, "expressando uma ideia de candidatura, de pretensão ou de aquisição de um novo serviço pela empresa adquirente sem qualquer ligação com a empresa anterior".

No mesmo sentido, o Ac. da mesma Relação, de 24/10/81, in "L. J.", X, T. IV, p. 321, ensina que: "Há sempre concurso quando a empresa adquirente desse novo local de trabalho se candidata a ele

e o pretendem ou aceitam voluntariamente, sem qualquer ligação com a empresa anterior que o abandonou...

Dá-se que o termo concurso tenha visado "(...) excluir da obrigatoriedade de assegurar o trabalho a esses serviços de limpeza, apenas a empresa concorrente dessa atividade, por ser ela quem se vê cobrada na contingência de limpar esses edifícios (...)"

Sendo esta a "ratio" do n.º 2 da Al.º 46.º, e dada a matéria fáctica captada nos al.ºs ^{E) e F)} 4), há que considerar verificado o requisito da exigência de concurso previsto nessa cláusula, sendo inaceitável a interpretação restritiva proposta pelo R. para os efeitos de disposto naquele normativo.

Também a conclusão I) dos alegados do recorrente não cabe e é irrelevante, porquanto o que interessa em termos de verificação da previsão normativa quanto à sucessão de empresas na prestação de serviços de limpeza, é apurar se a empreitada que a R. "Climax" mantinha com a "Fisife" cessou, ou não, e se uma nova empreitada com o mesmo objeto foi ou não adjudicada com o R. Bernardes.

Orá, perante a matéria fáctica captada nos alíneas C), D) e E), não restam quaisquer dúvidas de que o R. Bernardes sucessora à R. "Climax" na prestação de serviços de limpeza à Fisife.

Assim sendo, e por face do disposto nos citados Al.ºs 46.º e respectivos Portários de Extensão, e dada a matéria fáctica apurada, há que

137
A

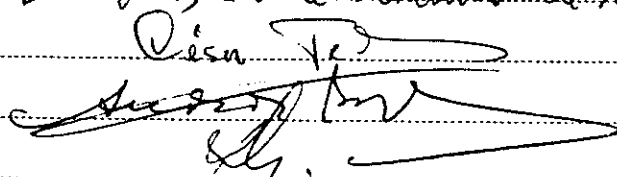
1 concluir que o R. Bernardes, ao assumir a emprei-
2 tado de prestação de serviços de limpeza na "Fisife",
3 até aí de responsabilidade da R. "Clímex", ficou
4 obrigado a aceitar no seu quadro de pessoal todos
5 os trabalhadores que ali prestavam normalmente ser-
6 viço, designadamente os A.A. que, como forenses,
7 nem, ali laboravam como trabalhadores de limpeza,
8 mediante contratos de trabalho em prazo celebrados
9 com a R. "Clímex".

10 Não tendo o R., ora apelante, aceiteado
11 os A.A. como seus trabalhadores, a partir de 2-1-81,
12 como vem perante, tal conduta só pode ser entendida
13 como uma diminuição unilateral dos respectivos con-
14 tratos por parte do ora apelante, pelo que deve anular
15 o Trib.º Juiz, por se precitando nos normativos já
16 citados e no art. 12.º de D.L. n.º 372-A/71; de 16/7, em
17 substância da Lei n.º 48/77, de 11/7, em julgar
18 a acção procedente, e em condenar o R. no pedido,
19 dele absovendo a R. "Clímex".

20 Pelo exposto, na improcedência das
21 conclusões do recorrente e da apelação, se confirma
22 inteiramente a dita sentença recorrida.
23 Custas pelo apelante.

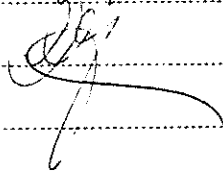
24 Entendimentos: "de Serviços de Limpeza - B.T.E. n.º 7, de 22-2-
25 -81", "resposta dos A.A." e "E) e".

26 Lisboa, 30 de Setembro de 1992

27 César
28 
29
30

ESTÁ CONFORME

Lisboa, 22-2-30

A handwritten signature in dark ink, appearing to be a stylized 'J' or 'I' followed by a flourish.

Acórdãos TRL

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa

Processo: 0077094
Nº Convencional: JTRL00001294
Relator: CESAR TELES
Descritores: SUCESSÃO DE ENTIDADE PATRONAL
SUCESSÃO NA POSIÇÃO CONTRATUAL
CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO
CONSTITUCIONALIDADE

Nº do Documento: RL199209300077094
Data do Acórdão: 30-09-1992
Votação: UNANIMIDADE
Referência de Publicação: BMJ N419 ANO1992 PAG797 IN CJ ANOXXVII 1992 TIV P
Tribunal Recurso: AG217 T TB LISBOA 4J
Processo no Tribunal: 21/85-2
Recurso:
Data: 30-09-1991
Texto Integral: N
Privacidade: 1
Meio Processual: APELAÇÃO.
Decisão: CONFIRMADA A SENTENÇA.
Área Temática: DIR CONST.
DIR TRAB - REG COL TRAB.

Legislação Nacional: CCTV DE SERVIÇOS LIMPEZA CLAUS46 IN BTE N7 DE 1985/01/22.
LCT69 ART37.

Jurisprudência Nacional: AC TC N249/90 DE 1990/07/12.
AC TC N431/91 DE 1991/11/14.

Sumário: I - Não enferma de inconstitucionalidade e é válida a cláusula 46 da Convenção Colectiva de Trabalho Vertical para os Serviços de Limpeza, publicados nos Boletins de Trabalho e Emprego n. 7 de 1981/02/23 e n. 7, de 1985/01/22, sendo igualmente válidas as respectivas Portarias de Extensão, por não ofender os direitos constitucionalmente garantidos de liberdade contratual, viabilidade económica e da concorrência entre empresas.
II - A expressão " concurso " do n. 2 da cláusula 46 deve ser interpretada restritivamente, no sentido de candidatura, de pretensão ou de aquisição de um novo serviço pela empresa adquirente sem qualquer ligação com a empresa anterior.